

Laboratório de imagem, som e memória de lutas dos povos da Amazônia - LABIMLUTAS

Desde o governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, a Amazônia passou a ser mencionada em discursos oficiais como região de grande potencial em recursos naturais que deveria ser integrada plenamente ao território e desenvolvimento nacional. De fato, esta proposta política passou a ser executada após golpe de Estado de 1964, em que militares no poder propagandearam a região como uma “terra sem homens para homens sem-terra” e colocaram em curso a política de ocupação e implantação de medidas para a exploração de seus recursos naturais.

A Amazônia, em especial a região do sul e sudeste do Pará, com a descoberta da maior reserva de minério de alto teor de ferro do mundo na Serra dos Carajás, em julho de 1967, - que depois se revelou também rica em ouro, níquel, manganês, cassiterita, cobre e bauxita (CONGILIO, 2019) -, foi fortemente alardeada pelos militares como a última fronteira a ser integrada ao desenvolvimento nacional, sob o lema “integrar para não entregar”, que fazia alusão ao cenário político internacional da Guerra Fria e a preocupação com a “ameaça comunista”, que se fortaleceu com os conflitos que ocorrera na região durante o episódio da Guerrilha do Araguaia (1967-1974). Fato este que também levou ao deslocamento de tropas e forte militarização da região, com a instalação de diversos quartéis de companhias e batalhões do Exército Brasileiro, e que impactaria na vida de camponeses e indígenas da região, que foram presos e torturados acusados de cumplicidade com os guerrilheiros. Muitos camponeses perderam suas terras, expropriadas pelos militares por conta de tal acusação que lhes foi atribuída.

Entre os anos de 1970 e 1990 foram instalados no sul e sudeste do Pará grandes empreendimentos relacionados à mineração, comércio madeireiro, pecuária extensiva e a construção de usinas hidrelétricas. Neste período ocorre um ciclo de atração intensa de migrantes para a região, movidos por iniciativas e propagandas governamentais preocupadas em mobilizar força de trabalho que atendessem às demandas dos empreendimentos e ocupassem o que consideravam o “vazio demográfico”, numa total desconsideração as populações que ali habitavam.

A ocupação do sul e sudeste do Pará foi marcada por distribuição de terras para grandes empresas e bancos que visavam atividades pecuaristas; derrubada de imensas áreas de floresta e construção da rodovia Transamazônica; instalação de núcleos de colonização para assentar trabalhadores rurais; instalação da infraestrutura da Companhia Vale do Rio Doce para exploração da mineração e da Estrada de Ferro Carajás para escoar minérios; e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Empreendimentos que também resultaram na violação territorial e expropriação das terras dos povos indígenas e ribeirinhos que ali viviam.

Também se deslocaram para a região grandes levas de trabalhadores rurais migrantes, em que a maioria acabou se somando a um conjunto de agricultores locais expropriados da terra em que viviam por não comprovarem a propriedade legal da área, formando, assim, uma

frente camponesa, os posseiros, que, em meio a 1970, passou a realizar o movimento de disputa “com fazendeiros, empresários ou comerciantes pela apropriação da terra de áreas devolutas e mesmo de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos” (PEREIRA, 2013, p. 13).

Entre estes últimos, muitos conseguiram suas terras por meio de incorporação de áreas públicas às suas áreas particulares e outros por meio da falsificação de documentos de titularidade de propriedade usados para contestar a posse da terra por agricultores pobres, a chamada grilagem. Diante disto, a omissão do Estado, ou até mesmo o apoio por meio de forças policiais para desocupar áreas e retirar posseiros, legitimou a expropriação e expulsão de agricultores de suas das terras e privilegiou a formação de uma classe de latifundiários na região.

Massacres e violência contra a população camponesa compõem, historicamente, o cenário da questão agrária no Brasil, sendo que grande parte dos casos têm ocorrido no Pará. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que monitora os casos de massacre, mortes e violência no campo desde 1985, até o ano de 2017 foram registrados 1.438 casos de conflitos no campo com ocorrência de assassinatos, vitimando 1.904 pessoas. Ao longo desse período, 658 casos ocorreram na região Norte, com 970 vítimas, e o Pará acumulou a maioria das ocorrências, 466 casos e 702 vítimas (CPT, 2018). No ano de 2018, o estado

somou 177 conflitos por terra, água e trabalho, envolvendo 311.377 pessoas. Além das 16 mortes, ocorreram 10 tentativas de assassinatos, um caso com mortes em sequência, 50 ameaças de morte, 20 casos de tortura, uma prisão e 24 agressões. No Brasil aconteceram 1.489 conflitos, envolvendo 960.342 pessoas, 28 tentativas de assassinato, sete casos de pessoas mortas em sequência, 165 ameaças de morte, 27 torturas, 197 prisões e 181 agressões. (Dados do Relatório “Conflitos no Campo Brasil 2018”, da CPT. Fonte: OLiberal.com, 22/06/2019).

Os chamados conflitos agrários se intensificaram, principalmente, a partir da implementação da política de ocupação da Amazônia para exploração intensiva dos seus recursos naturais, iniciada pelos governos da Ditadura Militar no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, e que segue como ação importante da política federal para o desenvolvimento do país até os dias de hoje, vide nos anos 2000 a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a ampliação das concessões para exploração mineral, a instalação de campos de soja, a implementação de projetos de hidrovia, etc.

Ao compartilhar a memória do que viveram naquela época, os relatos do sindicalista Almir Ferreira Barros e do senhor Pedro Avelino, personagens do documentário “Ubá, um massacre anunciado” (UBA, 2006), ilustram bem esse momento histórico.

Naquele tempo houve uma propaganda muito grande que era pra fazer a colonização oficial e depois fazer a reforma agrária, mas isso ficou só na propaganda. Mas a aglomeração do povo pressionava, não tinha saída, não tinha um outro meio de vida, aí o pessoal passou a ocupar

aquelas terras que estavam ociosas, eram pretendidas, mas não eram legalizadas, terras devolutas, que eram do Estado e da União e que estavam nas mãos de grileiros, que não tinham documentos nenhum, mas diziam “é meu”, especialmente o chamado polígono das castanhas, que era na região de Marabá e tinha um milhão de hectares de castanhais, sendo naquele tempo explorado pela oligarquia dos Mutran, Almeida, Moraes... (Almir Ferreira Barros, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, fundado em 1974).

Olha, a riqueza naquele tempo, minha senhora, era quem mandava em Marabá. Era dono de castanhal, era fazendeiro, era só a riqueza rica, era esse bichão assim... Isso aí morreu muita gente, minha senhora, naquela época Marabá fazia dó. Então o quê que um pobre ia fazer, querer questionar uns homens desse? Nada! Era mesmo que tá caçando uma bala pra cabeça (Pedro Avelino, camponês, sobrevivente do Massacre da Fazenda Ubá).

Esta conjugação de fatores ajudou a compor uma realidade agrária marcada por conflitos e altos índices de violência, resultante de inúmeros massacres de posseiros envolvidos na luta pela terra e assassinatos de lideranças camponesas, religiosos e advogados que atuavam na defesa dos camponeses.

Uma violência que atingia não apenas os trabalhadores de forma direta (os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, as agressões, prisões e torturas), mas também as suas unidades de produção e de moradia (expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações), desestruturando grupos, relações de parentesco e vizinhanças. Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirar-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores. (...) Quer dizer, a violência dilacera não só o corpo, mas a participação social daqueles que são atingidos. Instaura-se como uma prática disciplinar, indo da prescrição de estigmas à exclusão, efetiva ou simbólica. Uma prática que procura explicitar o poder sobre os corpos das vítimas (PEREIRA, 2013, p. 15).

Neste contexto, o Massacre de Eldorado de Carajás, como um crime cometido por agentes do Estado, explicitamente em atendimento à defesa dos interesses de grupos de

latifundiários, pode ser tomado como representação maior da tragédia socioambiental trazida pela ocupação predatória da Amazônia a partir de empreendimentos do capital.

Mas não podemos ver os trabalhadores rurais como passivos e vítimas de todos os processos. A prática da violência dos proprietários e empresários rurais, em vários casos com aquiescência e participação direta do Estado, produziu diversas iniciativas de resistências. Múltiplas foram as estratégias e as táticas de enfrentamentos, de negociações e combates diretos. Os trabalhadores identificaram parceiros solidários às suas lutas e estabeleceram alianças com eles, enfrentaram os proprietários e suas milícias (muitas vezes armados) nas áreas litigiosas e pressionaram e negociaram com os aparelhos de Estado as suas reivindicações (PEREIRA, 2013, p. 16).

Os anos de 1970 e 1980 seriam marcados também pela organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) na região, com auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir de 1990, com a vinculação dos STRs, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Pará (FETAGRI) e a criação de um coletivo de militantes do MST na região, “houve um deslocamento: a luta dos trabalhadores rurais deixou de ser unicamente na área litigiosa, no enfrentamento direto aos proprietários de terra e seus pistoleiros, para se tornar, sobretudo, uma luta de confrontos diretos com o Estado” (PEREIRA, 2013, p. 28).

Assim, através de ações de ocupação de terras, fechamento de estradas e instalação de acampamentos em prédios de órgãos de governo e o estabelecimento de parcerias com pastorais da Igreja Católica, ongs e universidades, observa-se que os camponeses foram, historicamente, aprendendo a desenvolver estratégias políticas e formas de lutas que criaram contínua pressão sobre o Estado, forçando-o a ceder diante das pautas de reivindicação camponesa e obrigando-o, em diversos momentos, a negociar com eles as suas demandas e as propostas de ação voltadas ao atendimento destas (PEREIRA, 2013, p. 16).

Neste processo, é inegável que, ao longo das últimas quatro décadas, a realidade regional, o campo do sudeste paraense foi significativamente transformado por medidas de reforma agrária e implementação de serviços públicos que os movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, “efetivamente sangrando”, conquistaram no embate e interlocução com o Estado (FERNANDES, 2008). Estas conquistas foram fundamentais para o fortalecimento da resistência na terra e para a territorialização do campesinato na região, num movimento contrário à concentração de terras por latifundiários e o esvaziamento populacional do campo, como vinha acontecendo até então em todo país e de forma mais grave na região.

Segundo os dados do INCRA (2018), o Brasil tem 9.478 projetos de assentamentos e 89.502.605 hectares de terras conquistadas pelas comunidades camponesas que se tornaram beneficiárias da reforma agrária, onde foram assentadas 1.349.689 famílias. O Pará concentra 22,8% desse total, com 308.173 famílias assentadas, distribuídas em 1.150 projetos de assentamentos, que ocupam 23.424.330 hectares de terras e estão sob gerência de três superintendências regionais - a SR-30 que abrange o oeste do estado, a SR-27 que atende à

região sul e sudeste do estado e a SR-01, no nordeste paraense - e uma unidade regional, situada no município de Altamira (BRASIL, INCRA, 2018).

Na região sul e sudeste do Pará, até 1995 existiam apenas 63 assentamentos de reforma agrária; entre 1996 e 2001 foram criados mais 263, chegando a 326. No período de 2002 a 2018 outros 189 novos foram criados, chegando a um total de 515 projetos de assentamentos de reforma agrária instalados no sul e sudeste do Pará, onde vive uma população composta por 99.256 famílias beneficiárias da política de reforma agrária (BRASIL, INCRA, 2018).

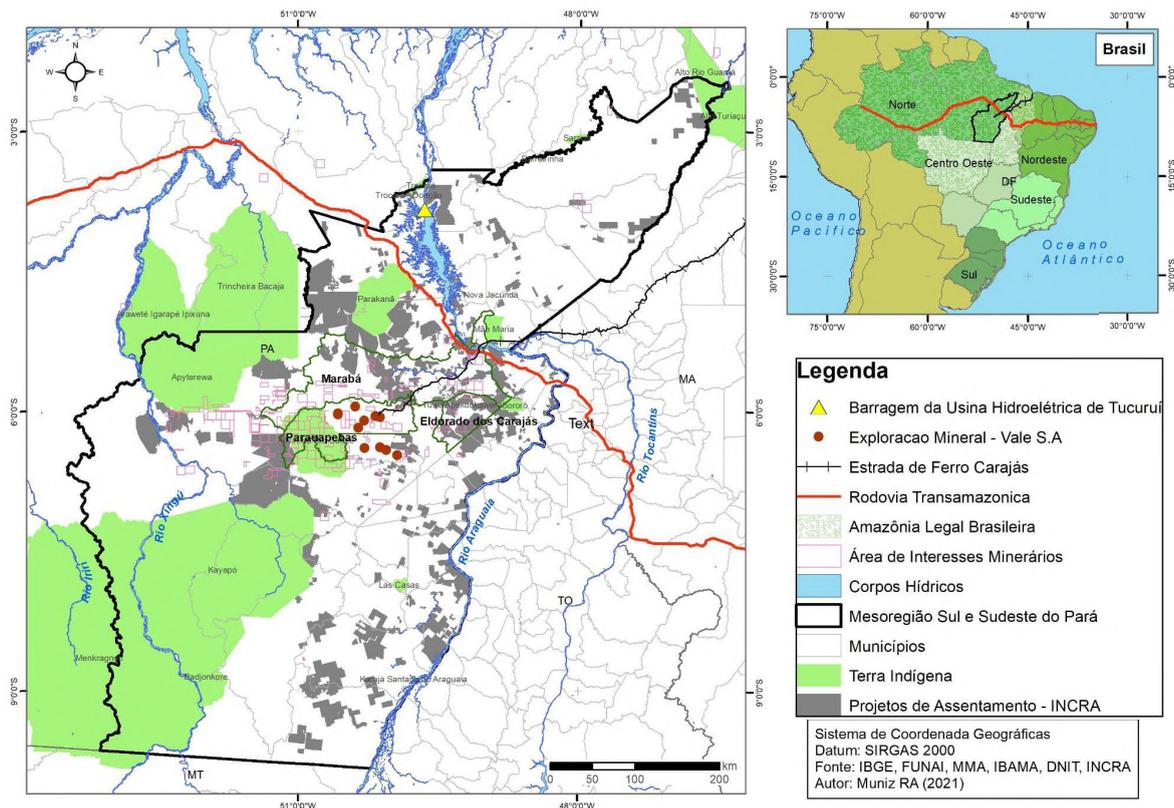


Figura 1 - Configuração espacial da região sul e sudeste do Pará, território de múltiplas disputas por camponeses, indígenas, agentes da mineração e do agronegócio.

A história da região sudeste e sul do Pará se confunde com a história da luta pela terra, ou melhor, a luta pela terra tem sido historicamente fundamental na formação territorial da sociedade da Amazônia Ocidental. Não há como contar a história desta região sem considerar o protagonismo - político, produtivo, cultural, epistêmico etc - de camponeses, indígenas, ribeirinhos e extrativistas e suas lutas pela re-existência. Algo importante de se destacar quando consideramos que os feitos e conquistas realizadas por estes sujeitos, assim como violações de direitos e violências que se efetivam contra eles, são constantemente relegadas a invisibilização social e histórica em currículos escolares, registros oficiais de Estado, discurso midiático etc.

Neste aspecto é importante compreender que, numa sociedade de classes como a nossa, a memória se constitui como um território em disputa contínua (apagamentos e afirmações social, política e histórica), que têm efeitos sobre a disputa por outros territórios

(terra, direito, economia etc) e cujo controle sobre sua re-produção se faz como uma disputa pelo poder de des-legitimar existências sociais e a governança sobre destinos e modos de vida de sujeitos coletivos, tendo em vista o controle de uma sociedade.

A memória como um território de disputa de poder na contemporaneidade envolve o domínio de produção, significação e veiculação de imagens e paisagens - práxis iconográficas - que por sua vez decorrem do domínio sobre tecnologias - conceitos, técnicas e instrumentos - que permitam promover uma determinada ideia estética como ideia ética a ser incorporada pelos sujeitos de uma determinada época e contexto, os fazendo aderir a um determinado projeto político e cultural de sociedade afirmada por uma memória que tende a se tornar hegemônica e alimentar a hegemonia de grupos sociais específicos, como historicamente ocorre no Brasil.

É nessa compreensão que se propõe a criação do Laboratório de Imagem, Son e Memória de Lutas dos Povos da Amazônia (LabiMLutas), por meio do qual se pretende lançar mão de formação, técnicas e instrumentos em favor da afirmação e empoderamento da memória contra hegemônica, pela produção de imagens que revelem e afirmem essa memória. Não meramente a imagem como representação, semelhante, analogia ou reprodução (FRANÇA, 2003), mas como ferramenta discursiva e analítica no tratamento acadêmico de temas, realidades e histórias invisibilizadas e silenciadas social e politicamente, histórias que não podem ser sepultadas pela violência que as querem silenciar.

Ao longo dos últimos 40 anos, em diferentes períodos, as contradições e conflitos decorrentes da ocupação da região amazônica e sua “integração” aos projetos de desenvolvimento do país, foram sendo tematizadas por inúmeros filmes de ficção e documentários que ajudam a construir uma memória coletiva e uma memória imagética sobre a Amazônia e sua “descoberta” pelo Brasil em meados do século XX (HALBWACHS, 2004).

E neste período foram produzidas obras clássicas do cinema brasileiro sobre a região que se configuram como documentos históricos que ajudam a desvelar essas tragédias socioambientais com narrativas que abordaram os impactos causados pela abertura da Rodovia Transamazônica sobre a vida das populações da região, a história da Guerrilha do Araguaia e das operações do Exército Brasileiro que impactaram na dinâmica social de comunidades camponesas e indígenas e a dinâmica conflituosa do trabalho e vida no garimpo de Serra Pelada - motivador de uma onda de intensa migração para região durante as décadas de 1970 e 1980 - e a cenas de destruição da floresta e conflitos agrários envolvendo latifundiários e camponeses, estes morrendo e os primeiros matando por terras[1].

Assim como na educação escolar e textos escritos, no cinema aquele que decide narrar a história de uma sociedade tem o poder de decidir sobre o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro, é a memória sendo afirmada como um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos, que leva a afirmação do que será lembrado e celebrado como histórias

consideradas importantes para todos (KESSEL, 2009). As obras cinematográficas com suas imagens/narrativas reinscrevem os acontecimentos dispersos de um cotidiano e podem fornecer material para o imaginário simbólico de uma sociedade, ao passo que se alimenta desse mesmo imaginário (FRANÇA, 2012), se apropriando de elementos das realidades que constituem tal sociedade para sobre ela, como arte, produzir representações e propor criativamente reflexões sobre esta sociedade.

Então, ainda que se configurem como importantes documentos históricos as obras do cinema de fronteira, como denominamos, é fundamental que novas produções, estudos e pesquisas sobre a realidade e história regional contatada em produções audiovisuais surjam e se revelem a partir da produção da imagem realizada pelos sujeitos locais e inseridos nos processos que envolvem ou envolveram as lutas sociais nesse contexto, por nós considerados verdadeiros fronts de batalhas.

Para além dessas produções cinematográficas, neste mesmo período, muitas imagens fotográficas e em vídeos sobre as lutas e processos históricos que envolvem camponeses, indígenas, ribeirinhos e extrativistas na região, foram produzidas por movimentos e organizações sociais que representam ou apoiam estas populações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a sessão Regional Sudeste da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará (FETAGRI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

É tomando este acervo que o LabiMLutas pretende se debruçar em suas atividades de estudo-pesquisa, trabalhando pela sua identificação, catalogação, digitalização e conservação, além de realizar novas produções de imagens que sirvam a sua ampliação e operando para colocá-lo a disposição de pesquisadores e realizadores de cinema que sobre ele tenham interesse.

Portanto, o LabiMLutas é proposto como um laboratório acadêmico-pedagógico de produção audiovisual, a serviço da colaboração com a construção da memória coletiva e contra-hegemônica das lutas populares na Amazônia Ocidental, sul e sudeste do Pará e da disponibilização de banco de dados de imagens e sons que ajudem na produção de conhecimentos e obras cinematográficas sobre estas lutas, visando seu fortalecimento político, visibilidade social e afirmação dos sujeitos que as fazem como sujeitos históricos.

[1] Entre os exemplos destas obras estão “Iracema, uma transa amazônica”, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna (1975), o conjunto das obras do projeto “Vídeo nas Aldeias” do antropólogo, indigenista e documentarista franco-brasileiro Vicente Carelli e a produção de Adrian Cowell e Vicente Rios, em especial a série “A década da destruição” (1980-1990), produzida ao longo de mais de vinte anos em viagens pela Amazônia, desencadeada pela parceria com irmãos Villas Boas e a amizade com Chico Mendes, a obra de Cowell e Rios narra a realidade de indígenas, ribeirinhos, camponeses e garimpeiros em meio a destruição da floresta amazônica no contexto da ocupação territorial originada na gestão dos militares no governo federal. Fazem parte da série os filmes “Montanhas de Ouro” (1990), sobre a relação de conflitos entre a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e os garimpeiros de Serra Pelada; “Barrados e condenados” (2001), que evidencia a construção e impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e “Matando por terras” (2012), com imagens da década de 1980 e narrativas de fazendeiros e posseiros sobre situações de pistolagem e mortes em meio a luta pela terra na região sudeste do Pará.

Linhas de ações:

- Criação de banco de dados de imagens e sons das lutas populares na Amazônia;
- Criação de plataforma de acesso ao banco de dados e produção de novas imagens e sons;
- Produção de imagens e sons que traduzem as memórias das lutas dos povos da Amazônia

Ações

- Catalogação de imagens e sons da memória das lutas populares na Amazônia do acervo da CPT, MST e FETAGRI;
- Digitalização do Acervo de Imagens da CPT, MST e FETAGRI;
- Produção de Vídeos Narrativas de Memórias de Lutas de Comunidades Camponesas, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas e Extrativistas na Amazônia Oriental;
- Produção de Fotos Narrativas de Realidades de Comunidades Camponesas, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas e Extrativistas na Amazônia Oriental;
- Produção de Registros Audiovisuais de Eventos e Ocorrências envolvendo Comunidades Camponesas, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas e Extrativistas na Amazônia Oriental;
- Oficinas de Produção Audiovisual e Documentarista;
- Oficinas de Fotografia e Narrativas Fotográficas;
- Articulação institucional para criação de espaço virtual para disponibilização do acervo produzido;
- Criação de um espaço físico de visitação ao acervo de imagens e sons das lutas populares na Amazônia;